

Evasão escolar no ensino médio sob a perspectiva dos docentes¹

School evasion in middle school: under the perspective of teachers

École à l'école moyenne: sous la perspective des enseignants

Bernarda Elane Madureira Lopes²
Universidade Estadual de Minas Gerais

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir, a partir da perspectiva de professores do Ensino Médio, o fenômeno evasão escolar. Optou-se por uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Os participantes da pesquisa foram 33 professores do Ensino Médio. Verifica-se que, mesmo diante dos avanços na legislação brasileira em relação a essa etapa, o problema da evasão escolar persiste entre os jovens e adolescentes brasileiros. Nesse sentido, conclui-se que as condições socioeconômicas dos alunos contribuem para o abandono escolar e, ainda, aspectos voltados para questões pessoais e subjetivas. Isso posto, a precarização do trabalho docente, como baixos salários, falta de recursos didáticos, dentre outros, contribuem, segundo os professores, para a evasão escolar no Ensino Médio uma vez que influenciam a performance docente.

Palavras Chave: Ensino Médio. Evasão escolar. Professores. Precarização do trabalho.

Abstract: The objective of this article is to discuss, from the perspective of high school teachers, the school dropout phenomenon. We chose a qualitative, case-study approach. The research participants were 33 high school teachers. It is verified that, even in the face of advances in Brazilian legislation in relation to this stage, the problem of school dropout persists among Brazilian youth and adolescents. In this sense, we conclude that the socioeconomic conditions of the students contribute to school drop-out, as well as aspects related to personal and subjective questions. That said, the precariousness of teaching work, such as low salaries, lack of didactic resources, among others, contribute, according to teachers, to school dropout in high school.

Keywords: High School. School evasion. Teachers. Precarization of work

Résumé: L'objectif de cet article est de discuter, du point de vue des enseignants du secondaire, du phénomène du décrochage scolaire. Nous avons choisi une approche qualitative d'études de cas. Les participants à la recherche étaient 33 enseignants du secondaire. Il est vérifié que, même face aux avancées de la législation brésilienne par rapport à ce stade, le problème du décrochage scolaire persiste chez les jeunes et les adolescents brésiliens. En ce sens, nous concluons que les conditions socio-économiques des élèves contribuent au décrochage scolaire, ainsi que des aspects liés à des questions personnelles et subjectives. Cela dit, la précarité du travail d'enseignement, telle que les bas

¹ Este texto apresenta os resultados de pesquisa realizada e concluída, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais. *E-mail:* elanemadureira@yahoo.com.br

salaires, le manque de ressources didactiques, entre autres, contribue, selon les enseignants, au décrochage scolaire au lycée.

Mots-clés: Lycée. Évasion scolaire. Les enseignants. Précarisation du travail.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno, a partir da perspectiva de professores, no que concerne aos motivos que contribuem para a evasão nessa etapa de ensino.

Nas últimas décadas, o Ensino Médio recebeu atenção específica das políticas públicas, isso por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) que expandiu a obrigatoriedade e gratuidade da educação até os 17 anos. Nota-se que essa mudança foi uma grande conquista para os brasileiros que tiveram garantido por Lei, o acesso a essa educação.

Contudo, o fato de esse acesso ser garantido por Lei, não assegura a qualidade e a permanência dos alunos na escola; nesse sentido, tal etapa de ensino tem sido motivo de discussões, visto que apresenta, ao longo dos anos, grandes desafios e dificuldades com relação ao acesso, à permanência e à conclusão. Esse cenário tem exigido novas metodologias de ensino e tomadas de decisões políticas, diante dos desafios apresentados pelo novo perfil da população nessa faixa etária, isso com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e evitar a evasão dos alunos.

A evasão escolar é um fenômeno que atinge todos os níveis da educação, e possui uma natureza multiforme (DORE, 2013) visto que se manifesta de várias maneiras ao longo da vida escolar, e, quando se trata do Ensino Médio regular noturno, a questão se agrava, influenciada pelo percurso histórico de fracasso escolar dos alunos, o que constitui um dos grandes desafios para as políticas públicas educacionais no país.

O que se percebe, ao longo da história do Ensino Médio, é que o fato que tem causado sérios obstáculos a essa etapa de escolarização são as intermitências nas agendas governamentais, mediante a criação e revogação de políticas públicas educacionais que, por mais que sejam importantes e significativas, são extintas com a mudança de governo. Assim, a descontinuidade de propostas desfavorece discentes e docentes no processo de ensino-aprendizagem e se torna um problema recorrente em todos os estados brasileiros.

São múltiplos e diversificados os motivos que conduzem estudantes do Ensino Médio público a abandonarem os estudos, dentre eles, fatores externos à escola, os quais estão

relacionados a questões macrossociais, envolvendo dimensões de natureza socioeconômica e familiares, dentre outros aspectos relacionados a condição juvenil. São evidentes, também, questões de natureza intraescolares relacionados a estrutura e funcionamento da dinâmica curricular, metodologias de trabalho, além da falta de credibilidade atribuída à escolarização. Nas seções que se seguem, apresentaremos sínteses históricas relacionadas ao percurso legal do Ensino Médio no sistema educacional brasileiro a partir da regulação jurídico-normativa, como também algumas lacunas no processo de sua consolidação. Posteriormente, colocaremos em relevo dados apreendidos de um estudo empírico sobre a evasão escolar no Ensino Médio noturno em Montes Claros, MG.

A constituição do Ensino Médio no sistema educacional brasileiro: avanços e lacunas

O Ensino Médio, apesar de ser garantido por Lei, como afirma a Constituição Federal de 1988 (Art. 205), essa garantia não é necessariamente o direito a vaga nessa etapa e sua permanência nela. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), o direito de pertencer a Educação Básica foi ratificado, e ainda, a referida Lei afirma no Art. 2º do Título II (DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL) que:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 1)

Todavia, mesmo com esse avanço legal de garantia de acesso ao Ensino Médio como etapa da Educação Básica, segundo Volpi; Silva; Ribeiro (2014), muitos adolescentes e jovens estão fora da escola, nessa etapa de ensino. No relatório do UNICEF (2014) um dos maiores desafios para a educação brasileira diz respeito à garantia dos direitos à educação básica, em relação à universalização do Ensino Médio, o qual, se torna obrigatório a partir da Emenda Constitucional nº 59 de 2009. A exclusão escolar, segundo o relatório do UNICEF (2014), atinge mais de 1,7 milhões de adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos.

O Ensino Médio brasileiro enfrenta vários problemas, como por exemplo o grande número (1.722.175) de adolescentes e jovens fora da escola, como afirmam os dados do UNICEF (2014), isso corresponde a 16,3% da população entre 15 a 17 anos. Nesse sentido, pode-se inferir que a oferta de vagas, a quantidade de escolas que atendam ao Ensino Médio

e a oferta de programas que tragam e mantenham esses alunos na escola são um grande desafio para as políticas públicas educacionais.

Além do problema da oferta de vagas, pode-se destacar, na discussão sobre o Ensino Médio, a tentativa histórica de superar um currículo marcado pela dualidade entre uma educação voltada para uma formação propedêutica (continuidade dos estudos) e uma educação voltada para o trabalho. Assim, para Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 133) “o Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, mantém-se como objeto de análise e discussão, e, especialmente, tem sido um desafio equacionar a dualidade entre o seu caráter profissionalizante e ou propedêutico.”

Nesse âmbito, a busca por uma educação voltada para uma formação plena do indivíduo, que vise não apenas a formação para o mercado de trabalho ou para ingressar no Ensino Superior, deve ser entendida como uma luta que se arrasta por décadas. De acordo com Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 134) a universalização do Ensino Médio, com qualidade, pressupõe algumas ações que visem “a inclusão dos alunos no processo educacional com garantia de acesso à educação, permanência na escola e conclusão de estudos com bom desempenho”, e ainda mantendo o atendimento à diversidade cultural, social e econômica desses alunos, promovendo a igualdade e diversidade de raça, etnia e gênero.

Dourado (2011, p. 7) pontua outra dificuldade do Ensino Médio, enfatizando a Educação Profissional que é a criação de programas e ações que secundarizam essa modalidade de ensino. Pois, mesmo com a elaboração de políticas para o desenvolvimento e universalização da educação de 4 a 17 anos, os baixos índices de matrículas, como também os índices de evasão, nessa etapa, revelam a necessidade de políticas específicas que visem à democratização do acesso e a permanência dos alunos na escola. São necessárias políticas que primem pela qualidade do ensino, visto que uma Educação Básica, de qualidade para todos, deve atender às finalidades propostas para o Ensino Médio, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 no Art. 35:

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Por conseguinte, acrescenta-se à discussão do Ensino Médio, o problema da defasagem idade-série e a repetência enfrentada pelos alunos, situação que estimula a evasão e interrompe o fluxo dos alunos na idade apropriada, no sistema de ensino.

Nesse contexto, apontam-se motivos relacionados a aspectos de infraestrutura da escola, aspectos metodológicos para a realização do trabalho, o uso de recursos materiais, como também a falta desses e questões relacionadas à precarização do trabalho docente que discutiremos na seção a seguir.

A relação da precarização do trabalho docente com a evasão escolar no discurso dos professores entrevistados no período de 2010 a 2013

Para apreender a evasão escolar no Ensino Médio, sob a perspectiva dos docentes, desenvolvemos um estudo exploratório de base empírica. Para tanto, foram aplicados 33 questionários, com professores das 5 escolas do Ensino Médio regular noturno em funcionamento no município de Montes Claros/MG. O questionário³ foi elaborado com nove questões fechadas, as quais permitiram a caracterização dos sujeitos e quinze questões abertas sobre a precarização do trabalho docente.

Para os professores entrevistados, os motivos que contribuíram para a evasão, estão relacionados a questões internas e externas à escola; assim, nas entrevistas foram mencionados aspectos de infraestrutura da escola, aspectos metodológicos para a realização do trabalho, o uso de recursos materiais e questões relacionadas à precarização do trabalho docente.

Para Marchesi e Perez (2004, p. 23), uma vez que não existe uma única explicação para o fracasso escolar; logo, deve-se considerá-lo a partir de uma perspectiva multidimensional “como a própria educação, é uma realidade difícil de apreender, porque nela

³ Com esse questionário, foi possível compreender a visão dos professores sobre os motivos pelos quais ocorre a evasão dos alunos e a contribuição da precarização do trabalho docente nesse processo. Os dados, aqui apresentados, foram baseados nos estudos realizados para a tese de doutorado, apresentando-se, neste artigo, apenas os dados analisados sob a percepção dos professores acerca da contribuição da precarização do trabalho docente para a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno. O objetivo geral da pesquisa foi de compreender os fatores que contribuíram para a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno em escolas públicas do município de Montes Claros/MG, no período entre 2010 e 2013, analisando o universo escolar em interface com os contextos social, econômico e político nas dimensões macrossociais e microssociais.

influem de forma interativa, múltiplas dimensões, cuja influência relativa, além disso, varia ao longo do tempo”. Os autores afirmam que condições sociais, familiares, o sistema educacional, a organização e funcionamento das instituições de ensino, a prática docente e a disposição do aluno para a aprendizagem estão relacionados; desse modo, à evasão que faz parte da realidade do fracasso escolar, e esses fatores não podem ser analisados de forma isolada, no entanto, neste artigo destacaremos apenas aspectos relacionados à precarização do trabalho docente.

Pode-se concordar com Franco e Moraes (2012) que as políticas públicas não discutem especificamente sobre as condições de trabalho dos professores, e afirmam que:

O conjunto das políticas para formação e valorização docente de diferentes dispositivos legais, tais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb - Lei nº 11.494, de 2007), o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN – Lei nº 11.738, de 2008), as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Resolução CNE/CEB nº 2, de 2009), o Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto nº 6.755, de 2009), o Plano Nacional de Educação (PNE – PL nº 8.035, de 2010), não explicita a discussão sobre as condições do trabalho docente na Educação Básica, em que pese sua implicação direta na valorização docente e na universalização e gratuidade da educação obrigatória, de 4 a 17 anos (EC nº 59 de 2009), com qualidade socialmente referenciada (FRANCO; MORAES, 2012, p. 511).

Haja vista, além de situações vivenciadas pelos professores nas escolas, e da insuficiência de recursos destinados às escolas de Educação Básica; segundo Almeida (2002), ainda existe a questão do rebaixamento salarial e a desvalorização social sofrida pela classe de professores, pois essa situação impede os docentes de realizarem um melhor trabalho com os alunos, fato que acarreta a evasão.

Alguns autores, como Sampaio e Marim (2004) reconhecem que uma das “questões bem visíveis da precarização do trabalho do professor refere-se ao salário recebido pelo tempo de dedicação as suas funções, sobretudo quando se focaliza a imensa maioria, ou seja, os que atuam nas diversas escolas da rede pública.” (SAMPAIO; MARIM, 2004, p. 1210). De acordo com esses autores, essa precarização ou pauperização reflete, diretamente, na possibilidade de o professor de ter acesso aos bens culturais.

Sobre a precarização do trabalho docente, relatada pelos professores entrevistados nas escolas públicas estaduais em Montes Claros, enfatiza-se a questão da falta de estrutura física das escolas como exemplo salas situadas ao lado de quadras de esportes, a falta de

cadeiras para os alunos se sentarem nas salas de aula e a falta de recursos pedagógicos como papel chamex para impressão de atividades, Datashow para as salas de aula, ou que funcionem, estão ligados diretamente, com a precarização do trabalho docente. Pois a dificuldade para a realização do trabalho do professor contribui para a evasão dos alunos no Ensino Médio regular noturno.

Baseado nas informações acima foi indagado aos professores sobre condições de trabalho, ou seja, a precarização do trabalho docente no Ensino Médio contribuiu para a evasão dos alunos nessa etapa. Entre os professores entrevistados, as respostas variaram entre sim, não e às vezes. Como se destaca a seguir:

Sim, pois professores despreparados, desmotivados podem tirar o interesse do aluno pelo estudo, eu acredito que o professor deve estar muito bem para poder transmitir o conteúdo com entusiasmo. (P1)

Sim, porque o professor fica desmotivado pela falta de valorização e pela falta de material adequado. (P32)

Sim, pois as aulas se tornam monótonas pela falta de recursos. (P18)
Não, acredito que grande parte a evasão escolar se deve aos problemas pessoais dos alunos, muitos saem, porque têm que trabalhar ou devido à gestação não programada. (P12)

Sim, porque as condições de trabalho com turmas numerosas, professores com jornada de 2 e 3 e, ainda trabalhando em casa, tudo isso desvaloriza o ensino e alunos saem da escola. (P16)

Não, o problema da evasão é desinteresse, trabalhos. (P22)

Não, porque o comprometimento e a qualidade da aprendizagem dos alunos não dependem das condições (precarização) dos professores, e sim como ele vai desenvolver suas aulas tornando-as mais atrativas. (P5)

Não, acredito que grande parte a evasão escolar se deve aos problemas pessoais dos alunos, muitos saem porque têm que trabalhar ou devido à gestação não programada. (P12)

Em partes. Deveria haver mais aparelhos de data show, computadores para os alunos, para professores, ar condicionado. (P17)

Também, mas o sistema de ensino não mudou, não acompanha os avanços tecnológicos e, isso sim, faz diferença. (P19)

Às vezes. Aulas desinteressantes, dadas por professores cansados desestimulam. (P15)

Nem sempre. Falta, nos alunos, a vontade de aprender. Meta de vida. Objetivo. (P27)

As respostas dos professores evidenciam que a precarização do trabalho docente também contribui para a evasão dos alunos. Os discursos revelam que professores despreparados ou desmotivados, devido à precarização, podem transmitir isso aos alunos.

As aulas tornam-se cansativas, professor sem estímulo por exercer uma extensa carga horária refletindo no ensino aprendizagem, falta de incentivo à classe dos profissionais da educação, englobando baixos salários, falta de um plano de saúde adequado, desrespeito ao professor por parte dos alunos, precários recursos pedagógicos associados a questões pessoais, esses fatores afetam, diretamente, os professores em sala de aula, causando frustração, desmotivação as quais são passadas para os alunos, o que contribui para a evasão.

O discurso dos professores confirmam ainda que a precarização contribui para a evasão, pois aulas desestimulantes, pouco atrativas, interfere no ensino-aprendizagem, nesse sentido concorda-se com esses docentes, quando afirmam que escola e professores precisam ofertar um ensino de qualidade, pois “quanto melhor a aula, mais o aluno permanece na escola” (P.24)

As respostas dos professores, que afirmaram que as condições de trabalho não contribuem para a evasão, apresentam uma contradição nas afirmativas, pois justificaram a resposta dizendo que a evasão vai além das condições de trabalho, que o problema está voltado à questão da falta de aulas criativas. Nesse sentido, como realizar aulas mais criativas sem os recursos necessários para o seu desenvolvimento? Se a escola não possui a estrutura e os recursos necessários, os professores precisam recorrer a recursos próprios, o que se torna difícil diante dos baixos salários que recebem.

Percebe-se, nas respostas dos entrevistados P15, P17 e P19 os quais responderam que a precarização contribui, em partes, para a evasão dos alunos no Ensino Médio regular noturno, a mesma contradição nas respostas, visto que abordaram questões sobre recursos pedagógicos, avanços tecnológicos e aulas desinteressantes ministradas por professores cansados, essas questões compõem o que se denomina de precarização do trabalho docente; nesse âmbito, mesmo que os professores tentem negar a contribuição desses fatores para a evasão, o discurso comprova que sim.

Conclui-se, de forma geral, que os professores enfrentam dificuldades para conclusão e êxito de seus trabalhos reforçando ainda mais a precarização do trabalho desses profissionais. Ademais, diante do discurso dos docentes, concorda-se com Teixeira e Leal (2011, p. 18) ao declararem que “no Ensino Médio, o ensinar para as novas gerações humanas, está posto em jogo, colocado à prova, desgastado, dilacerado, sob a forma de uma

erosão”. Nessa mesma linha de discussão, os autores fazem alguns questionamentos bem pertinentes:

O que é ser professor nesta modalidade de ensino nos dias de hoje? Qual a nossa função, quais as nossas responsabilidades e tarefas de professores nas sociedades atuais? Como trabalhar com a juventude, contribuindo para que construa uma subjetividade aberta, ativamente curiosa? Como provocar nos jovens um desejo de saber, de ir mais além do conhecido, tornando-se indivíduos pensantes e sensíveis, solidários e democráticos? Afinal, como compreender o dilema de envolver os meninos com a aula, a aprendizagem, o conhecimento? Por que ele se coloca no presente, com tamanha largueza e intensidade na experiência dos professores do Ensino Médio? (TEIXEIRA; LEAL, 2011, p. 18).

Conforme esses autores, “problemas internos e externos à escola dão origem a esses desafios” (TEIXEIRA; LEAL, 2011, p. 18) tal apontamento coincide com as considerações feitas pelos professores no estudo em questão. Dessa forma, considera-se que esses problemas ou motivos estão além da capacidade do professor de resolvê-los, já que os problemas externos à escola incluem violência, falta de perspectiva em relação ao futuro, projetos de vida e de empregabilidade, pobreza que inclui as dificuldades financeiras e sociais das famílias das quais esses alunos fazem parte e que, ao ingressarem na escola, trazem consigo. Apesar de serem problemas de ordem externa, são acoplados aos problemas internos da escola, fato que gera mais dificuldade para professores e alunos, no que se refere à construção do conhecimento e o desenvolvimento das atividades diárias; esse notável acúmulo contribui para a desistência desses alunos da escola.

Sobre a precarização do trabalho docente, Oliveira (2006, p. 216) afirma que o trabalho docente tem sido reestruturado; assim, dá lugar a uma nova organização escolar, contudo afirma que “essas transformações não vieram acompanhadas das adequações necessárias” como, por exemplo, a questão de salário e contratos, pois os professores contratados e remunerados, por horas/aulas, são obrigados a participar de atividades extraclasse, além das horas destinadas à ministração das aulas, dentre outros.

No discurso dos professores, foi declarado outro fator que contribui para a precarização do trabalho docente que é a pouca participação em cursos de formação continuada, como se percebe na afirmação a seguir:

Sim, acredito que a autoestima e a formação continuada são duas marcas que devem seguir juntas. Vejo, sinto-me mais motivada a investir e acreditar na educação quanto participo de “formação para professores” quando volto para a sala esforço-me para cumprir as idealizações dessas discussões. Ficar só com as angústias da sala de aula e desânimos de alguns reflete negativamente, na persistência de nossos discentes em continuar com os estudos. (P3)

Nota-se, nesse discurso, que cursos de formação continuada são essenciais para o bom desempenho dos professores, porque causam motivação, dinamização nas atividades e fazem parte da valorização da carreira docente.

Logo, compreende-se a complexidade dessa formação e se concorda com Gatti (2008) quando ela afirma que qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desenvolvimento profissional é vista como curso de formação continuada:

(...) é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional – horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional (GATTI, 2008, p.1).

Com base nas pontuações da autora, entende-se a importância da formação continuada, independentemente de onde aconteça, isto é, se ocorre dentro ou fora dos muros da escola.

Outra questão relevante, ligada à formação do professor que foi destacada pela entrevistada P3 são as discussões, ou seja, a troca de experiências/vivências nos cursos de formação continuada, isso fortalece a prática do professor, lhe dá ânimo e disposição para colocar em prática o que foi discutido e aprendido na formação.

Ademais, diante de tudo que foi discutido e relatado pelos professores sobre as condições de trabalho, acrescenta-se, ainda, que segundo Hypólito (2012, p. 287)⁴ os professores declararam que houve uma “ampliação de suas atividades, com novas atividades e responsabilidades, afirmaram que houve uma ampliação da jornada real sem um reconhecimento formal e sem uma devida retribuição.” Além do problema da baixa remuneração, os professores enfrentam problemas como salas cheias, aumento do volume de trabalho, fato que torna a jornada, que já é longa, mais exaustiva. Outro adendo é o fato de não contarem com uma boa estrutura de funcionamento das escolas.

⁴ Entrevista com Dalila Andrade de Oliveira e Álvaro Moreira Hypólito. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 2, n. 2 – jul./dez. 2012 277. Trabalho Docente na América Latina: desafios ao campo da pesquisa e às políticas educacionais, por Maria Vieira Silva.

Questões relacionadas ao excesso de trabalho, precariedade, escassez de recursos são muito importantes quando se discute o trabalho docente. Nesse sentido, Esteve (1991) assevera que a:

Escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho: A massificação do ensino e o aumento das responsabilidades dos professores não se fizeram acompanhar de uma melhoria efetiva dos recursos materiais e das condições de trabalho em que se exerce a docência. Hoje em dia, o ensino de qualidade é mais fruto do voluntarismo dos professores do que consequência natural de condições de trabalho adequadas às dificuldades reais e às múltiplas tarefas educativas. Fragmentação do trabalho do professor: muitos profissionais fazem mal o seu trabalho, menos por incompetência e mais por incapacidade de cumprir, simultaneamente, um enorme leque de funções. Para além das aulas, devem desempenhar tarefas de administração, reservar tempo para programar, avaliar, reciclar-se, orientar os alunos e atender aos pais, organizar atividades várias, assistir a seminários e reuniões de coordenação, de disciplina ou de ano (ESTEVE, 1991, p. 106 - 108).

A afirmativa de Esteve (1991) quanto ao voluntarismo do professor, referente à massificação do ensino, fez com que as suas responsabilidades aumentassem, sem a melhoria das condições para se realizar o trabalho, tal afirmação foi comprovada no relato dos professores ao apontarem que a escola não dispõe de recursos materiais, dessa maneira, no intuito de desenvolverem suas aulas, precisam usar de recursos próprios para exercer a docência.

Em vista disso, segundo Alvarenga (2009), os professores brasileiros vivem uma nova conjuntura em relação ao trabalho docente, pois os ajustes neoliberais, as reformas educacionais e as mudanças sociais sofridas alteraram, significativamente, o trabalho docente. Com essa nova conjuntura, o professor é responsabilizado pelos problemas educacionais, passou a ser avaliado pelo seu desempenho e pelo desempenho dos alunos, precisa exercer várias funções, e como já se apontou neste artigo, essas mudanças e exigências não vêm acompanhadas de condições de trabalho adequadas ao desenvolvimento de suas atividades. E, ainda enfrenta a dificuldade de ter de trabalhar em dois ou três turnos, para completar a renda mensal.

Essa situação acentua o processo de precarização do trabalho dos professores, Oliveira (2006) atesta que o trabalho pedagógico sofreu uma reestruturação, há uma nova organização escolar, porém essas mudanças, sem a devida adequação, implicam ainda mais no processo de precarização do trabalho docente. No que se refere às escolas da rede pública, outros problemas são abordados pela autora, como:

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns casos, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos; o arrocho salarial; ausência de piso salarial; inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários; a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2006, p. 216).

Já para Hypólito (2012), a identificação da precarização do trabalho docente, pode acontecer em maior ou menor grau, dependendo do nível de ensino em que o professor leciona, se pertence à rede pública ou privada. Dessa maneira, afirma que:

a partir de análises das condições salariais, de carreira, de formação e nas formas de gestão que mostram contratações precárias de trabalhadores, contratação de pessoal com pouca formação e parcerias público-privadas. Essa precarização também aparece nas formas de controle e regulação do trabalho, com nítidas modificações organizacionais que intensificam o trabalho. Há um sentimento manifesto de cobrança e responsabilização que indicam uma incorporação subjetiva e moral das políticas regulatórias, o que ficou denominado na investigação como autointensificação. (HYPÓLITO, 2012, p. 287).

Essa incorporação subjetiva das cobranças e funções que os professores precisam assimilar e desenvolver no exercício de suas atividades, causa cansaço e desmotivação; esse fato associado à falta de recursos materiais para o exercício de suas funções, frustra o professor e isso se reflete em sala de aula. Essa situação provoca frustração nos alunos, o que é demonstrado através do abandono escolar.

Logo, essa discussão sobre o crescimento do processo de precarização do trabalho docente pode ser compreendida através do conceito de intensificação do trabalho, fato discutido inicialmente por Apple (1987) que é comprovado no discurso dos professores e compõe o quadro de precarização do trabalho desses profissionais nos dias atuais.

A intensificação “representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios de trabalho dos/as trabalhadores/as educacionais são degradados”. Ela tem vários sintomas, do trivial ao mais complexo – desde não ter tempo sequer para ir ao banheiro, tomar uma xícara de café, até ter uma falta total de tempo para conservar-se em dia com sua área. Podemos ver a intensificação atuando mais visivelmente no trabalho mental, no sentimento crônico de excesso de trabalho, o qual tem aumentado ao longo do tempo (APPLE, 1995, p. 9, grifo do autor).

Esse acúmulo de trabalho gera um sentimento de isolamento nos professores, tendo em vista que executam muitas tarefas individuais, e por causa do excesso de trabalho têm poucas atividades coletivas, isto é, a troca de experiências, fato que acaba agravando esse

sentimento. Como se comprova por meio do discurso do professor P3 já relatado nesse artigo.

Oliveira (2006, p. 214) salienta que, na América Latina, a precarização do trabalho docente possui características específicas, pode-se “observar a intensificação do trabalho docente resultante de ampliação da jornada de trabalho e do aumento considerável de responsabilidades que os docentes tiveram com as reformas mais recentes”. A jornada torna-se mais longa, segundo a autora, pelo fato de os professores terem de assumir mais de um turno de trabalho.

Portanto, essa intensificação gera algumas consequências destacadas por Assunção e Oliveira (2009):

o processo de intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade pode, além de comprometer a saúde desses trabalhadores, pôr em risco a qualidade da educação e os fins últimos da escola, na medida em que tais profissionais se encontram em constante situação de ter de eleger o que consideram central e o que pode ficar em segundo plano diante de um contexto de sobrecarga e hipersolicitação, cujas fontes estão nas infindáveis e crescentes demandas que lhes chegam dia após dia (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA 2009, p. 367).

Entende-se, dessa forma, que o processo de precarização do trabalho docente, destacado na literatura utilizada nessa pesquisa; assim como o relato dos próprios educadores demonstram que esses profissionais enfrentam um processo de intensificação do seu trabalho e que não encontram boas condições laborais nas escolas em que lecionam, Como afirmam os professores entrevistados a seguir:

Nem sempre tenho acesso aos recursos de que preciso, o som, por exemplo, quase nunca funciona e Língua Estrangeira sem o uso desse recurso é muito difícil. (...)Você idealizar uma aula e não poder executar é muito frustrante. Sempre me preocupo em trazer coisas novas, mas não dá pra fazer no tempo esperado, planejado devido às precarizações de alguns recursos. (P3)

(...) um lugar de estudo que possui boas condições físico-ambientais, condições adequadas de higiene e bens materiais didáticos propicia ao aluno um bem estar para aprender. (P1)

(...) é necessária uma infraestrutura adequada para ter um bom andamento das aulas. (...) o professor fica desmotivado pela falta de valorização e material adequado. (P32)

Em partes. Deveria haver mais aparelhos de data show, computadores para os alunos, para professores, ar condicionado. (P17)

Tal situação causa impacto negativo ao ensino-aprendizagem. E, por fim, os professores declararam que essa situação pode influenciar o aluno e levá-lo à evasão escolar durante a etapa do Ensino Médio regular noturno.

Em relação aos outros fatores demonstrados pelos professores como condições de infraestrutura, questões familiares, falta de recursos didático-metodológicos na escola, dentre outros, nota-se que prejudicam o desenvolvimento das atividades diárias e comprometem o ensino-aprendizagem, situação que contribui para a evasão escolar nessa etapa de ensino. O profissional da educação precisa estar amparado de estruturas e tecnologias modernas, curso de capacitação frequentes para que insira e desperte no aluno um desejo de buscar novos caminhos e ao mesmo tempo o professor estando equipado para realizar suas aulas, diante de um mundo moderno e globalizado onde apenas lápis, papel e quadro negro ficaram obsoleto, contribuíra para a permanência desses alunos na escola.

Considerações finais

Diante do que foi discutido nesse artigo pode-se afirmar que a evasão escolar é um problema crônico e histórico no contexto educacional brasileiro, ela acontece em todos os níveis da Educação Básica. Ao se tratar do Ensino Médio noturno, constata-se que esse fenômeno acontece entre alunos das classes mais desfavorecidas, posto que não se percebe a ocorrência frequente de tal fenômeno nas classes mais privilegiadas da sociedade. A evasão perpetua o ciclo da pobreza, pois interrompe o processo de formação dos alunos e prejudica suas perspectivas de continuidade dos estudos, de trabalho e ascensão social.

Mesmo que tenha acontecido um aumento no número de matrícula no Ensino Médio, 1,7 milhões de adolescentes e jovens de 15 a 17 anos estão excluídos da escola. Segundo o Pnas (2011), a maior concentração, em termos absolutos desses jovens excluídos, está na região Sudeste que inclui Minas Gerais.

Em relação à precarização do trabalho docente, discutida neste artigo, e sua contribuição para a evasão nessa etapa de ensino, concorda-se com Almeida (2002) que as situações precárias vivenciadas pelos professores da Educação Básica, no desenvolvimento de suas atividades, incluem questões referentes à desvalorização social sofrida pela classe, ao rebaixamento salarial, dentre outros fatores que causam desânimo e frustração nos docentes, impedindo-os de realizar um bom trabalho, e em consequência, há o desânimo e o desinteresse dos alunos, fato que acarreta a evasão escolar.

Considera-se que a falta de boas condições de trabalho, além das inúmeras funções assumidas pelos docentes no decorrer da carreira profissional, o estresse causado pelo acúmulo dessas atividades, a obrigação de responder a essas várias questões que tem de assumir no labor diário, causam um esgotamento físico e emocional no docente, a reunião desses fatores também pode desencadear doenças nesses profissionais. Nesse sentido, o adoecimento do professor faz com que suas aulas sejam prejudicadas, fato que atinge diretamente o rendimento, o ensino-aprendizagem e acabam por gerar a evasão escolar.

Os resultados obtidos nessa pesquisa são de suma relevância, uma vez que demonstram a percepção dos professores em relação à evasão escolar, revelam a precarização do trabalho docente e das escolas onde lecionam, fatores que acabam por contribuir para a evasão dos alunos.

Assim, os resultados desta pesquisa sobre a precarização do trabalho docente e suas implicações para a evasão escolar no Ensino Médio apontam a urgência de políticas públicas que incentivem a permanência dos alunos na escola, tal como investimento no Ensino Médio público, em que se inclua a infraestrutura física e pedagógica das escolas, como também a formação inicial e continuada dos profissionais da educação para atuarem nessa etapa de ensino.

Referências

ALMEIDA, M. I. **Profissionalização do professor:** problemas e perspectivas. In: MENIN, A. M. S.; GOMES, A. A.; LEITE, Y. U. F. (Orgs.). Políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica. Presidente Prudente, SP: FCT/UNESP, 2002. p. 21-28.

ALVARENGA, V. C. **A profissionalização do trabalho docente:** um estudo das condições de trabalho de professoras de pré-escola. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP: 2009.

APPLE, M. W. **Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Cad. Pesq., São Paulo (60): 3-14, fev. 1987. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/768.pdf>. Acesso em 09/03/2017.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores.** Educ. Soc., Campinas, SP: vol. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23 dez. 1996, p. 27.833.

_____. **Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009** – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em 12/12/2016.

DORE, R. **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional - XXXVII RediTec - Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** – Maceió, Alagoas: Setembro 2013. Disponível em: <http://www.reditec.ifal.edu.br/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/>

DOURADO, L. F. **Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)** – V. 5, n. 8, jan./jun.2011 – Brasília, DF: CNTE, 2011 – Semestral.

ESTEVE, J. M. **Mudanças sociais e função docente**. In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1991. p. 95-108.

FRANCO, L. L. M. M.; MORAES, K. N. **Trabalho na educação básica A condição docente em sete estados brasileiros**. Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v.6, n.11, jul./dez. 2012. – Brasília, DF: CNTE, 2007.

FRITSCH, R., VITELLI, R. F., ROCHA, C. S. **Para que jovens? Que políticas?** – perfil de alunos ingressantes no ensino médio e políticas educacionais. Brasília, DF: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

GATTI, B. A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>

MARCHESI, A.; PÉREZ, E. M. **A compreensão do fracasso escolar - Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural / organizado por Álvaro Marchesi e Carlos Hernandez Gil: trad. Ernani Rosa. P. 17-33–** Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, D. A. **Ensino médio noturno em Minas Gerais: democratização e diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

OLIVEIRA, D. A.; HYPÓLITO, A. M. In: SILVA, M. V. **Trabalho Docente na América Latina: Desafios ao campo da pesquisa e às políticas educacionais**. Revista Educação e Políticas em Debate, Uberlândia, vol. 2, n. 2, p. 277-303, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/21897/12107>

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares.** Educação e Sociedade, Campinas, SP, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225. set./dez. 2004.

TEIXEIRA. I. A. C.; LEAL, A. A. A. **Fios e desafios da docência no ensino médio** - Revista Outro Olhar - Ensino Médio - Agosto de 2011, Ano 10, nº 7 – Belo Horizonte, MG.

VOLPI, M., SILVA, M. S., RIBEIRO, J. **10 desafios do ensino médio no Brasil:** para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.